

Amazonino vira alvo de procuradores

Ronaldo Brasiense

Enviado especial

Manaus — Os procuradores da República no estado do Amazonas estão decididos a descobrir irregularidades praticadas pelo governador Amazonino Mendes (PFL).

Além da acusação de corrupção ativa, por ter pago R\$ 200 mil para que cinco deputados acreanos votassem a favor da emenda da reeleição, Amazonino é apontado como dono da empreiteira Econcel, uma das campeãs de faturamento com obras públicas no estado.

O procurador-chefe da República no Amazonas, Sérgio Lauria, encaminhando ofícios à Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) e ao Tribunal de Contas da União (TCU), requisitando a relação de obras realizadas pela Econcel — construtora que, segundo o empresário Fernando Bonfim, pertenceria a Amazonino — com recursos federais.

Dois obras, comprovadamente, foram ou estão sendo executadas pela Econcel com verbas da União:

um posto de fiscalização da Suframa — onde houve superfaturamento, como comprovou o TCU — e a reforma da Penitenciária de Rio Branco, no Acre, com recursos do Ministério da Justiça.

“Estamos indo em frente”, afirma o procurador Sérgio Lauria, que está investigando as relações de Amazonino Mendes com a Econcel. O procurador quer saber se os cofres da União foram lesados nas obras feitas pela Econcel.

REELEIÇÃO

O procurador da República Osório Barbosa Sobrinho já solicitou à Câmara dos Deputados o relatório final da sindicância aberta para apurar a denúncia de que deputados receberam de Amazonino R\$ 200 mil para votar a favor da emenda da reeleição.

Barbosa Sobrinho quer ter à mão todos os documentos para instruir uma possível denúncia contra o governador do Amazonas no Superior Tribunal de Justiça, através da Procuradoria Geral da República.

Um outro processo contra o governador Amazonino está sendo presidido pelo procurador da República Sérgio Medeiros. Refere-se à representação feita por seis deputados de oposição, liderados por Joaquim Corrado (PRTB) e Eron Bezerra (PC do B).

Eles denunciaram o superfaturamento de 363% na aquisição de 13 geradores de energia elétrica pela Companhia Energética do Amazonas (CEAM), numa negociação que teria causado prejuízo de US\$ 21,6 milhões aos cofres da União e do estado do Amazonas.

Os geradores foram comprados da empresa Stewart & Stevenson. O Ministério Público foi acionado no caso por envolver recursos federais de R\$ 20 milhões, repassados através de convênio com o governo estadual. “Requisitei da Su-

frama e da diretoria da CEAM todos os documentos referentes à licitação, ao convênio da Suframa com o estado, assim como o contrato firmado com a empresa que ganhou a licitação”, contou o procurador Sérgio Medeiros.

“REQUISITEI DA DIRETORIA DA CEAM TODOS OS DOCUMENTOS REFERENTES À LICITAÇÃO, ASSIM COMO O CONTRATO FIRMADO COM A EMPRESA QUE GANHOU A LICITAÇÃO”

Procurador Sérgio Medeiros

AUDITORIA

Caso seja confirmada a denúncia de superfaturamento, o governador Amazonino Mendes e o presidente da CEAM à época do negócio, Fernando Bonfim — o mesmo que se disse testa-de-ferro do governador na construtora Econcel — poderão ser indiciados por improbidade administrativa e peculato.

Depois de vir a público, em horário nobre de televisão, dizer que todas as denúncias serão apuradas, Amazonino Mendes prepara para hoje um ato de solidariedade a ele mesmo. Através de suas lideranças políticas no parlamento, Amazonino convocou todos os 62 prefeitos municipais do Amazonas para um ato que será realizado no centro administrativo onde despacha.

Os partidos que fazem oposição ao governo, porém, não dão trégua: ontem, vereadores e deputados estaduais denunciaram que o governador contratou a empresa Yong Internacional para auditar as contas do governo sem a devida licitação pública. “Essa Yong foi a mesma empresa que auditou as contas do Banco Nacional, antes da intervenção do Banco Central, e disse que estava tudo correto”, destacou o vereador Francisco Pracião, do PT.

Ontem mesmo, Amazonino Mendes recuou e cancelou a contratação da Young. Hoje, o governo do Amazonas publica edital de licitação para o serviço de auditoria. As propostas serão abertas dia 7 de julho.